

**O PRONAF B E SUA PARTICIPAÇÃO NA PERMANÊNCIA DO
CAMPEPINATO NO ASSENTAMENTO ABRIL VERMELHO EM
SANTA BÁRBARA-PA**

**THE PRONAF B AND ITS PARTICIPATION IN THE PERMANENCE OF
THE PEASANTRY IN THE SETTLEMENT APRIL RED IN SAINT
BARBARA-PA**

**EL PRONAF B Y SU PARTICIPACIÓN EN LA PERMANENCIA DE LA EL
CAMPEPINADO EN EL ASENTAMIENTO ABRIL ROJO EM SANTA
BARBARA-PA**

Anderson Coelho Borgesⁱ
Rose Martins Tavaresⁱⁱ

Resumo: O objetivo principal deste trabalho é analisar a contribuição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) B para a manutenção na terra pelos camponeses do Assentamento Abril Vermelho, situado no município de Santa Bárbara, estado do Pará. A pesquisa se pautou em levantamento bibliográfico para dar sustentação teórica e conceitual, bem como na análise qualitativa por intermédio de aplicação de questionários e perguntas abertas para os camponeses e técnicos da EMATER do município, além de análise documental. A pesquisa revelou que o PRONAF, na área de estudo, não consegue por si só atingir os objetivos propostos em suas ações, sendo assim necessário que os mesmos busquem outros mecanismos que auxiliem na busca pela permanência no território.

Palavras-chave: Camponês. Pronaf. Território.

Abstract: The main objective of this work is to analyze the contribution of the National Program to Strengthen Family Agriculture (PRONAF) B to the maintenance of the land by peasants of the Abril Vermelho Settlement, located in the municipality of Santa Bárbara, state of Pará. The research was based on a bibliographic survey to provide theoretical and conceptual support, as well as qualitative analysis through the application of questionnaires and open questions for peasants and EMATER technicians in the municipality, in addition to documentary analysis. The research revealed that the PRONAF, in the study area, cannot by itself achieve the objectives proposed in its actions, so it is necessary that they seek other mechanisms that help in the search for permanence in the territory.

Key words: Peasant. Pronaf. Territory.

Resumen: El objetivo principal de este trabajo es analizar el aporte del Programa Nacional de Fortalecimiento de la Agricultura Familiar (PRONAF) B al mantenimiento de la tierra por parte de los campesinos del asentamiento Abril Vermelho, ubicado en el municipio de Santa Bárbara, estado de Pará. La investigación se basó en una encuesta bibliográfica para dar soporte teórico y conceptual, así como un análisis cualitativo a través de la aplicación de cuestionarios y preguntas abiertas para campesinos y técnicos de EMATER en el municipio, además de un análisis documental. La investigación reveló que el PRONAF, en el área de estudio, no puede por sí solo alcanzar los objetivos propuestos en sus acciones, por lo que es necesario que busque otros mecanismos que ayuden en la búsqueda de la permanencia en el territorio.

Palabras-clave: Campesino. Pronaf. Territorio.

1 INTRODUÇÃO

O sistema capitalista numa escala global consegue chegar a espaços onde modos de vida se dão de formas distintas a sua lógica, o mesmo consegue adentrar nesses espaços modificando e redefinindo as formas já estabelecidas nesses territórios. Assim ocorre com os camponeses que procuram resistir frente a esse processo de expansão pelo capital, buscando a manutenção de seu modo de vida, através principalmente da luta pela posse da terra.

Um exemplo bem presente na história desse conflito é a Revolução Verde, que se deu pelo processo de modernização do campo na década de 70 por meio de máquinas que chegaram ao espaço com o intuito de massificar a produção e privilegiar grandes proprietários de terras e passaram a desterritorializar camponeses de seus territórios e obrigando-os a modificar toda uma forma de sobrevivência já estabelecida há séculos. Dentro desse processo existiram camponeses que conseguiram resistir a lógica capitalista, porém houveram muitos que venderam sua força de trabalho e passaram a ser subordinados ao sistema (BALSAN, 2006).

Desta maneira, o Estado desde esse período tem contribuído para fortalecer o avanço do capital no campo, o qual atualmente se dá principalmente através de políticas que visam a transformação do meio rural num espaço de aumento de capital pela produção em larga escala, o que diverge do pensamento camponês.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) surgiu no ano de 1995 sendo institucionalizado no governo do Fernando Henrique Cardoso através do decreto nº 1.946, realizado em junho de 1996 o qual por intermédio de uma ação lhe assegurou a legalidade, ocorrendo a promulgação da Lei 11.326/2006 para a concessão de crédito rural tendo como objetivo o fortalecimento dos agricultores, aumento de sua capacidade produtiva, bem como aumento da renda para manutenção na terra com o intuito de gerar qualidade de vida nesses espaços. De acordo com a FAO/IN CRA (1994) & Aquino (2011) a agricultura brasileira apresentava uma heterogeneidade que necessitava de atenção através de políticas específicas para a categoria de agricultores. Assim, para Saron (2012) foram estabelecidos “parâmetros sociais” para identificar o tipo de produtor e a destinação de verbas públicas.

Esse mecanismo de organizar o beneficiário pelo perfil fez emergir distinções no campo de acordo com a renda anual que cada família arrecadava, sendo denominados e classificados por grupos de (A, B, C, D e E) incorporando, posteriormente outras políticas que passou a subsidiar o Pronaf voltado para questões mais específicas como a das mulheres, agroecologia, jovens e outros (AQUINO, 2011).

O campesinato está presente no Assentamento Abril Vermelho, que fica no município de Santa Bárbara do Pará no estado do Pará como uma estratégia de manutenção de um modo de vida já estabelecido há gerações. A escolha da área de estudo, se deu pelo fato deste assentamento, ser considerado o maior da região metropolitana de Belém e por apresentar em seu contexto histórico de formação, assim como outros assentamentos no Brasil, famílias inseridas no campo que traçam constantemente estratégias de sobrevivências frente a expansão capitalista, que, ao longo do tempo, vem se expandindo em áreas rurais.

Considerando os principais objetivos do Pronaf como: capacidade produtiva, geração de emprego e renda e a melhoria da qualidade de vida, o presente estudo buscou verificar a efetividade do Pronaf B em atender os camponeses ajudando ele a se manter nesse espaço no Assentamento Abril Vermelho em Santa Barbara-PA contribuindo para a sua permanência no território.

O artigo está dividido em três partes, além desta introdução, a metodologia e conclusões parciais. Portanto, primeiro é feito uma discussão sobre o termo agricultura familiar denominado pelo Estado e como o Pronaf surge através dele, num segundo momento o texto retrata sobre um conceito chave da Geografia denominado de território e como ele contribui para entender o modo de vida camponês, mostrando assim as diversas contribuições de teóricos sobre essa discussão e, por último é dado ênfase aos resultados obtidos no assentamento Abril Vermelho sobre o Pronaf B.

Portanto, um dos desafios desta pesquisa é ver através de uma política pública a sua contribuição para manter modos de vidas de camponeses, uma vez que o que se revela através da história é um Estado atrelado ao capital que vem com o objetivo de desterritorializar famílias de suas terras, alterando toda uma forma de vida já estabelecida.

Vale ressaltar que apesar do Governo Federal brasileiro utilizar o termo “agricultor familiar” para quem obtêm o financiamento do Pronaf, utilizaremos o que acreditamos ser de fato eles “camponeses” pelas constatações obtidas em campo e que retratam as obras de teóricos sobre o campesinato.

2 METODOLOGIA

Para realizar um processo contínuo de reflexão entre a teoria e a prática. A presente pesquisa foi realizada por meio de abordagem qualitativa descritiva para análise do material empírico coletado. Este processo foi relevante para aprofundar o conhecimento da realidade investigada (MARTINS, 2004).

Primeiramente foi realizada a pesquisa bibliográfica, pautada na leitura de livros e artigos científicos que tratavam sobre a temática aqui em debate, com intuito de construir a fundamentação teórica-conceitual sobre a temática da pesquisa. Posteriormente, foi realizada pesquisa documental, haja vista a importância de se analisar os relatórios e documentos do Pronaf.

Com intuito de compreender a efetividade do Pronaf B no assentamento foi desenvolvido trabalho de campo neste espaço onde foram aplicados questionários e entrevistas de cunho qualitativo com os camponeses que receberam a referida linha de crédito agrícola (GASKELL, 2010). Os dados foram analisados, registrados e sistematizados sem que houvesse interferência do pesquisador.

A pesquisa foi realizada com 17 camponeses maiores de 18 anos, independente do sexo, que aderiram ao crédito do Governo Federal conhecido por Pronaf classe B. A aplicação dos questionários e das entrevistas ocorreram especificamente no mês de novembro no ano de 2017, logo após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade da Amazônia (Unama).

Na coleta de dados, cada entrevistado respondeu a um questionário contendo seis perguntas, com o objetivo de analisar a efetividade do Pronaf para eles na área de estudo. Os dados da pesquisa foram analisados quantitativamente, considerando a porcentagem dos entrevistados que optou por “sim” e por “não”, em cada pergunta do questionário.

Quanto aos aspectos éticos a realização da pesquisa foi aprovadaⁱ pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unama por atender as normas estabelecidas na Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (RNS) que fala sobre os direitos humanos. Tomando por base a referida resolução. O primeiro passo foi solicitar a autorização da Presidente de uma das Associações da área de estudo para a realização da pesquisa com seus associados. O segundo passo foi obter a aceitação dos pesquisados voluntários em conceder entrevistas.

2.1 Localização e Caracterização da Área de estudo

O assentamento Abril Vermelho está localizado no município de Santa Barbara, na Região Metropolitana de Belém (RMB), no estado do Pará, situado a aproximadamente 57 quilômetros da capital, detendo uma área de 6.803,146 ha, tendo aproximadamente 400

ⁱ CAAE 78193017.3.0000.5173

famílias, em lotes de 10 a 20 hectares. Sua principal atividade relacionada a agricultura é o cultivo açaí, mandioca, cupuaçu e macaxeira. Na localidade estima-se que a maioria dos agricultores contam com o crédito do Pronaf.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 O termo agricultura familiar para o Estado e o Pronaf

O termo agricultura familiar surge no Brasil mais especificamente nos anos 1980 período da redemocratização do país por intermédio dos movimentos sindicais rurais, bem como debates proporcionados por especialistas científicos que passaram a dar ênfase na discussão e principalmente do conceito da categoria mais recentemente com as políticas públicas proporcionada pelo Estado através de crédito (GRISA, 2014).

Assim utilizamos a definição de “agricultores familiares” usada pelo programa aqui abordado que possui como características a renda familiar de 80% provenientes da agropecuária, exploração de estabelecimentos de uma área de no máximo 4 módulos fiscais, a terra explorada é de sua posse, a mão de obra praticamente familiar podendo ter até dois empregados, além disso moram na área de onde extraem a renda.

Na década de 90, começou uma grande pressão por meio dos sindicatos rurais no governo para inserir o pequeno produtor no mercado por meio de políticas públicas, onde o resultado se consolidou em 1996 no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Assim foi criado o Pronaf visando garantir crédito para a produção. Através da Constituição de 1988 foi conseguido que houvesse uma universalização da seguridade social tendo como conquista a garantia de benefícios sociais aos agricultores igualmente aos dos trabalhadores que executam funções no meio urbano.

A agricultura familiar no Brasil possui uma representatividade muito grande frente às questões de abastecimento familiar, sendo responsável pelo alimento que chega à casa das pessoas. Desta forma Schneider (2004) afirma que a agricultura familiar passou a receber investimentos do Governo Federal através de políticas públicas, buscando desenvolver e se fortalecer através da produção, acesso a emprego e renda, assegurando condições básicas para a sua sobrevivência como acesso a saúde e moradia gerando desta maneira uma qualidade de vida no meio rural, o que segundo ele, contribui para que o agricultor permaneça na terra.

Um das questões que precisam ser levantadas é a inserção dessas políticas públicas no campo, atentando para a autonomia que o agricultor tem sobre sua terra, uma vez que essas políticas geram modificações na forma de pensar e agir sobre ela.

3.2 Processo de territorialidade para a formação do assentamento Abril Vermelho pelos camponeses

O território, para Almeida (2012), era compreendido sob um olhar jurídico institucional, onde a análise se baseava em uma esfera técnica, fatores físicos, fronteiras e limites. Assim, eram efetivadas ações políticas na sociedade obedecendo a esses critérios. Em se tratando das fronteiras e limites os acidentes geográficos eram definidos como escala: montanhas, rios (RAFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2002).

A revolução tecnológica fez com que o sistema capitalista entrasse uma nova fase, fazendo surgir uma nova dimensão sobre diversas categorias como: espaço, fronteira, capital, nação e principalmente território. Desta forma, a categoria em debate ganha interesse de diversas áreas do conhecimento (IANNI 1978).

Alguns autores destacam que é necessário entender o espaço levando em consideração o surgimento da tecnologia, esta que fez com que as fronteiras de tempo e espaço fossem rompidas dificultando a compreensão da categoria território (RAFESTIN, 1993).

Partindo do conflito pela disputa do poder, Almeida (2006) afirma que ele passa a ser foco para se compreender o território. Haesbaert (2002) acredita que o conflito é uma forma do indivíduo influenciar, controlar ou atingir pessoas, relações ou fenômenos por intermédio de limites e fazendo surgir assim o controle de áreas geográficas.

As relações de poder para Souza (1995) são uma forma de compreender o território. Além disso, o geógrafo afirma que os territórios são constituídos podendo ficar de forma permanente no espaço ou podem ser desconstruídos dentro das escalas temporais.

Desta forma, a categoria em discussão deve ser analisada de diversas perspectivas, tendo em vista que o território sempre está passando por mudanças em processos de territorialização, desterritorialização e re-territorialização. Trata-se, portanto, de discutir as alterações ocorridas no espaço por um dinamismo constante. Assim a territorialidade surge dentro da expansão do capitalismo.

A territorialidade corresponde ao poder exercido e extrapola as relações políticas envolvendo as relações econômicas e culturais, indivíduos e grupos, redes e lugares de controle, mesmo que sejam temporários, do e no espaço geográfico com suas edificações e relações. A territorialidade efetiva-se em todas as nossas relações cotidianas, ou melhor, ela corresponde às nossas relações sociais cotidianas em trama, no trabalho, na família, na rua, na praça, na igreja, trem, na rodoviária, enfim, na cidade-urbano, no rural-agrário e nas relações urbano-rural de maneira múltipla e híbrida (SAQUET, 2009, p.90).

Isto revela que as relações sociais estabelecidas no espaço podem se concretizar de diversas formas, assim, mesmo quando um território sofre um processo de desterritorialização ele pode ser constituído em outro espaço, sendo necessário para isso que pessoas possam se relacionar cotidianamente.

Desta maneira, de acordo com Shanin (2005), os camponeses continuam a existir diante do sistema capitalista, mantendo modos de vida adquiridos de seus antepassados resistindo ao sistema dominador vigente, enquanto existem outros que acabam se vinculando a ele. Portanto, o que se observa no assentamento Abril Vermelho é que a maioria dos que participam do Pronaf não buscam capital com seu produto, tendo como objetivo o plantio para a sua sobrevivência e de sua família. Isto revela toda uma preocupação em manter modos de vida que simbolizam formas específicas da realização da vida pelos camponeses, constituindo, portanto, significados que vão além da sobrevivência.

O assentamento é a expressão concreta da territorialização do movimento (de luta pela terra). Não é somente o lugar da *produção*, mas também o lugar da *realização da vida*. (...) E a vida, para esses camponeses, como se verifica em seus relatos, não é somente ter comida, ter casa, mas uma vida plena, uma vida cheia de significados, na qual aquilo que eles crêem tem possibilidade de continuar sendo respeitado e existindo: sua cultura, sua autonomia, sua visão de mundo, sua capacidade de crescer a partir de suas próprias potencialidades, enfim seu universo simbólico (SIMONETTI, 1999, p.70-71).

As famílias podem ser caracterizadas como camponesas no assentamento através da concepção de Martins (1986), por caracterizá-los pelo seu processo de luta pela posse da terra, sua desterritorialização provocada pelo capital e sua busca por outra área para sobreviver se configura como uma reterritorialização. Isto se revela quando as várias famílias que se encontravam em outros acampamentos como: Roseli Nunes, Iza Cunha e Rosa Luxemburgo, todos localizados no Nordeste Paraense e que se articularam com o Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) juntamente com o MST para que pudessem ficar em uma área alugada até encontrar um local onde as mesmas pudessem se assentar. (SOUZA, 2016). Após esse acordo chegaram ao galpão, onde ficaram abrigadas no município de Santa Isabel, no estado do Pará.

Para assentar essas famílias o INCRA fez um acordo com a Dendê do Pará S/A (DENPASA) para sua desapropriação pagando um valor de 13 milhões por 90% das terras, enquanto 10% ficaram com a empresa, pois nessa área era possível encontrar uma parcela de árvores para a produção de dendê. (SOUZA, 2016).

A área de estudo pertencia a empresa DENPASA (Dendê do Pará S.A) responsável pela produção de dendê com investimento de capital estatal e privado internacional em 1974 no período da ditadura militar no país. O fato da ausência de conhecimento da melhor forma de manejar o produto ocasionou no aparecimento de pragas, provocando a retirada dos investimentos da empresa na área no ano de 2001.

A partir dessa etapa os camponeses que anteriormente foram expulsos de seus territórios, passam a se consolidar e se reterritorializar nesse novo espaço, passando desta forma a se organizar de outra maneira, pois nota-se que o contingente de famílias aumenta com a junção de outros assentados nessa terra, sendo necessária a divisão em quatro polos (I, II, III e IV), ocorrendo a partilha de lotes enumeradas de 1 a 393, que vai de Rio Tauá até Pau D' Arco (PIRES, 2015) para manter o controle sobre a população nesse território.

4 RESULTADOS

No assentamento Abril vermelho existem seis associações (Tabela 1) que se articulam desta forma para lidar diretamente com recursos destinados a eles que advém do Estado, assim os camponeses no assentamento lidam diretamente com o Pronaf se agrupando da seguinte forma:

Quadro 1- Associações no Assentamento Abril Vermelho.

OR DE M	ABREVIÇÃO DOS NOMES	POLO	NOME DAS ASSOCIAÇÕES
01	A.F.A	I	(ASTRAG I) Ass. de Trabalhadores Rurais Agroextrativistas da comunidade Abril Vermelho- polo I Heróis da Resistência.
02	C.M.C.M	II	(ASTRAF II) Ass. De Trabalhadores na Agricultura Familiar.
03	C.S.P	III	(ASTRAF III) Ass. De Trabalhadores na Agricultura Familiar.
04	R. da S.A	IV	(ASTRAG) Ass. Dos Trabalhadores Rural Agroextrativistas da Comunidade Abril Vermelho- Polo IV Vitória da Conquista.
05	W.P.C	IV	(ASPECAV) Ass. De Produção e comercialização dos trabalhadores do Assentamento Abril Vermelho.

06	C.F.R	IV	(ASTAP) Ass. Dos Trabalhadores da Agricultura Popular.
----	-------	----	--

Fonte: Elaboração própria, 2018.

A presente pesquisa se baseou nos associados da ASTRAG (Associação dos Trabalhadores Rurais Agro- extrativistas da Comunidade Abril Vermelho Pólo IV Vitória da Conquista), que possui 53 filiados, sendo considerada uma das maiores associações de qual assentamento.

A associação citada acima busca regularizar produtores que não possuem o microcrédito do Pronaf, além de legitimar aqueles assentados que não conseguiram quitar a dívida do Programa. As reuniões acontecem geralmente uma vez por mês para tratar sobre as políticas públicas que os camponeses podem aderir. (Imagem 1). Nessa reunião eles estavam discutindo sobre o microcrédito, as pessoas inadimplentes, os que estavam prestes a receber o investimento e questões burocráticas, como documentação.

Imagem 1- Reunião da ASTRAG com os associados.

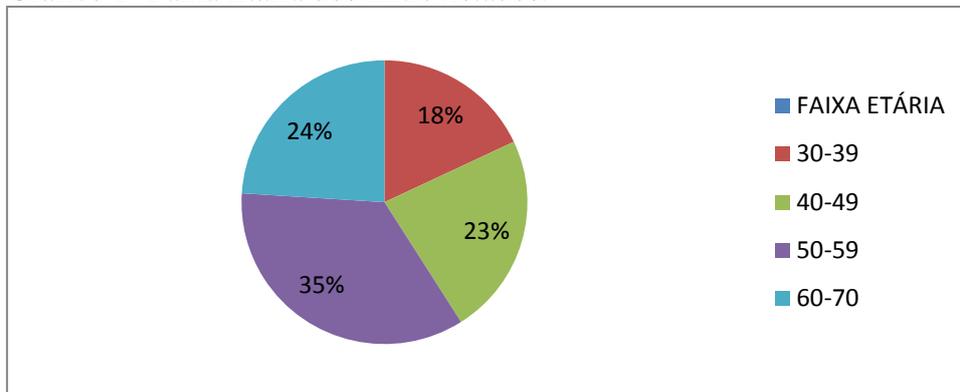


Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

Essa prática organizacional ajuda na conquista por muitos assentados ao microcrédito, uma que vez o número elevado de associados mostra a efetividade na busca por resultados para eles, ressaltando desta maneira o compromisso em gerar um desenvolvimento rural para o assentamento em questão. De acordo com os dados levantados dos 17 questionários aplicados, foi possível perceber que a maioria dos pronafianos encontra-se entre 50-70 anos sendo considerados em idade pouco produtiva, porém ainda realizam atividades na terra. Assim seis

peças do microcrédito na faixa entre 30- 49 anos representam os trabalhadores em plena idade produtiva no assentamento. (Gráfico 1).

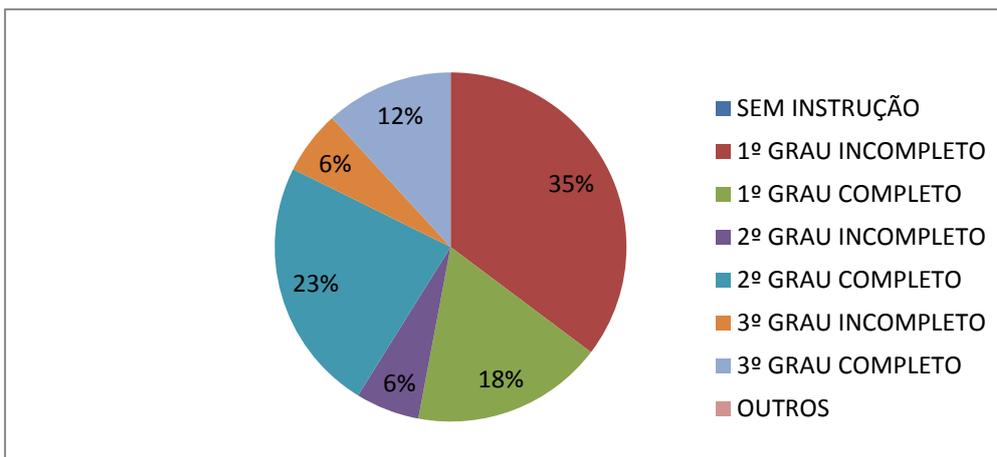
Gráfico 1- Faixa Etária dos Entrevistados.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

O fato da maioria dos pronafianos na entrevista possuírem idades acima dos 50 anos revela a diminuição na capacidade produtiva desses grupos, pois segundo relatos dos assentados, os mesmos se encontram cansados por trabalharem com a terra há bastante tempo, além da exposição ao sol em que são submetidos vai aumentando o desgaste, surgindo doenças, preocupando-os assim em continuar a aderir ao microcrédito, tendo como medo o fato de não conseguirem quitar a dívida do Programa. O nível de escolaridade dos entrevistados no gráfico 2 mostra que não existem pronafianos analfabetos no assentamento, cerca de 35% possuem ensino fundamental incompleto que vai do 1º ao 4º ano, enquanto 18% conseguiram terminar, 23% já concluíram o ensino fundamental II que vai do 5º ao 9º ano e 6% não deram prosseguimento, já no ensino médio apenas 12% dos entrevistados terminaram a última fase da educação básica, porém 6% não alcançaram a finalização. Assim, quanto maior o grau de escolaridade pressupõe-se mais conhecimento sobre o programa que os camponeses estão inseridos. (Gráfico 2).

Gráfico 2- Grau de Escolaridade dos Entrevistados.

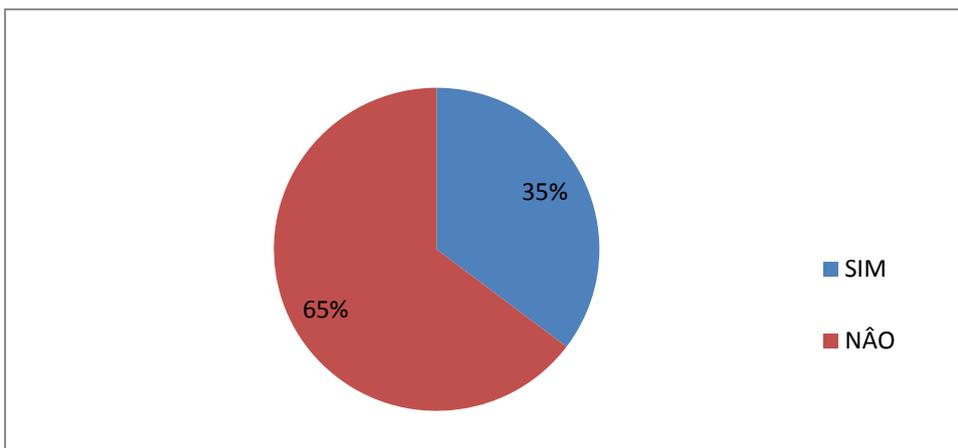


Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

De acordo com os dados em campo, percebe-se que o grau de escolaridade interfere sobre o entendimento dos assentados sobre o Pronaf, seus objetivos, trâmites para obter o microcrédito, os riscos e seu funcionamento dentro da área, portanto, essa falta de conhecimento sobre o Programa pode ocasionar o rendimento produtivo dos pronafianos, bem como no nível organizacional para manter uma qualidade de vida estável da família. Muitos possuem filhos que estudam e ajudam seus pais na plantação.

Segundo relatos, o Pronaf B no assentamento Abril Vermelho se inicia no ano de 2004 sendo voltado para diversos tipos de plantações permanecendo na comunidade até o ano vigente desta pesquisa. Porém, de acordo com o decorrer do programa, parte dos camponeses foram possuindo dificuldades na sua produção por não haver acompanhamento técnico. Isso se confirma no levantamento feito onde mostrou que 65% dos entrevistados não tiveram apoio técnico e apenas 35% obtiveram. Um fator importante para o beneficiamento de parte dos pronafianos foi por estarem localizados próximos a estrada que interliga a comunidade de Pau D'Arco até o assentamento. (Gráfico 3).

Gráfico 3- Acompanhamento Técnico.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

Esse fator é importante para compreender o baixo rendimento produtivo das diversas famílias desse território, onde os que conseguiram obter bons resultados foram aqueles que se encontraram assentados em áreas de fácil acesso pelos técnicos. De acordo com a EMATER do município em entrevista realizada, o órgão afirmou não ter capacidade de suprir a necessidade de todas as famílias que aderem ao crédito pelo número insuficiente de técnicos que eles possuem e que isso dificulta o atendimento principalmente no assentamento Abril Vermelho no qual é o maior do município. Alguns pronafianos afirmam que não possuem subsídios para produzir e que o Programa não foi estrategicamente pensado, uma vez que para começar o processo de plantação, os mesmos precisam de água próxima as suas áreas, o que só seria possível através da linha de crédito primeiramente do semiárido, o que ainda não foi possível. Entretanto, famílias que possuem uma renda além do Pronaf B foram construindo reservatórios para ajudar a irrigação de suas produções. (Imagem 2).

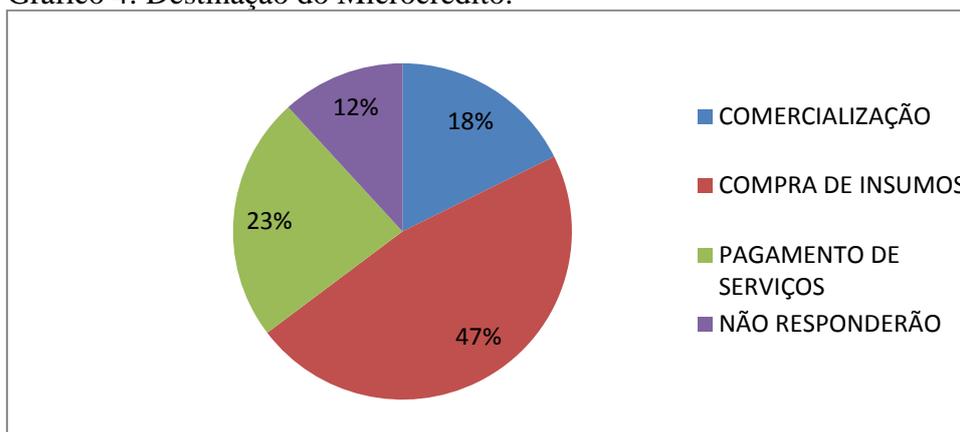
Imagem 2 - Reservatório de Água.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

Seguindo a ideia do microcrédito como um suporte para a produção, foi possível identificar o direcionamento desse dinheiro, onde 47% utilizam para comprar insumos, 23% usam para pagar pessoas para trabalharem suas plantações, 18% direciona para a comercialização e 12% optaram por não responder. (Gráfico 4).

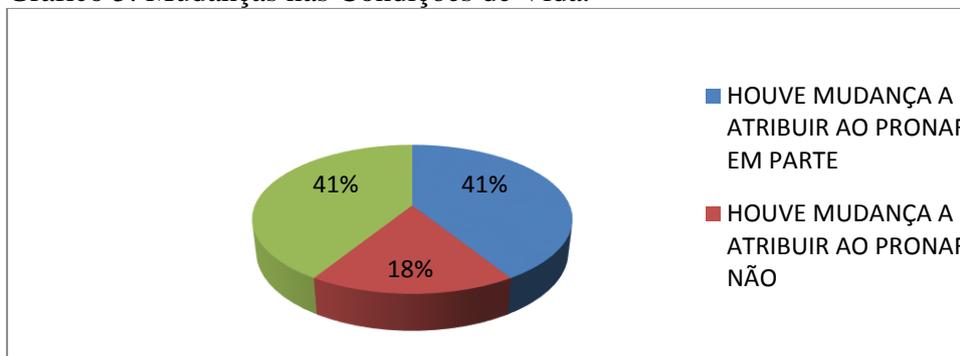
Gráfico 4: Destinação do Microcrédito.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

Durante as reuniões da Associação, foi relatado por muitos pronafianos que eles utilizam parcela do dinheiro para comprar materiais para suas casas, transportes como moto, bicicleta para se locomover, uma vez que o assentamento é grande o que dificulta a locomoção a pé. Uma das justificativas utilizadas por eles é o fato da ausência do acompanhamento técnico no assentamento. De acordo com a pesquisa, 41% dos camponeses sentiram alguma melhoria nas condições de vida de suas famílias, enquanto 41% responderam em parte e 18% disseram que não. (Gráfico 5).

Gráfico 5: Mudanças nas Condições de Vida.

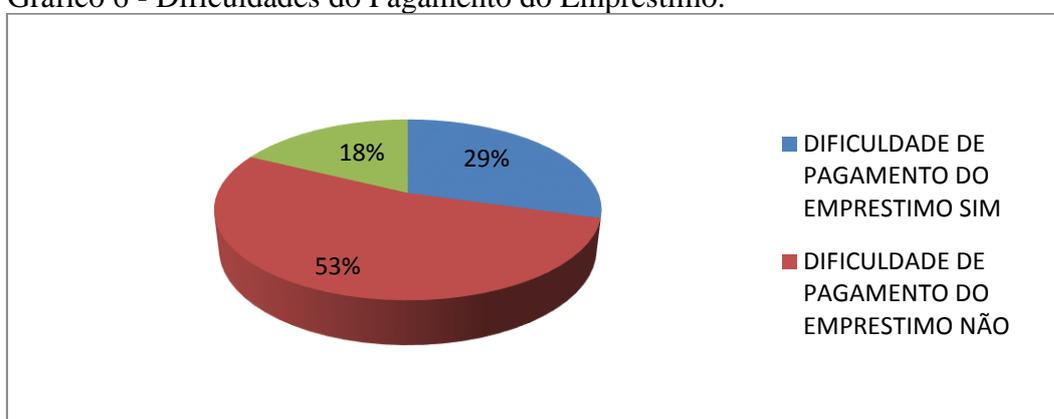


Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

Acreditamos que o Pronaf por todas as questões levantadas de suporte técnico, falta de organização do programa, valor do empréstimo e outros fatores não causam mudanças muito

grandes no assentamento, além de que o modo de vida dessas famílias sempre se baseou numa cooperação, o que provoca uma sobrevivência dos mesmos. Segundo entrevistas, muitos pronafianos, cerca de 53% não obtiveram dificuldade de pagar o microcrédito, isto porque pensando na possibilidade de ficarem endividados passaram a guardar dinheiro recebido na venda de sua produção. Enquanto 29% enfrentaram problemas em quitar a dívida, muitos ainda não conseguiram ainda ressarcir o dinheiro ao banco, ficando dessa maneira impossibilitados a renovarem essa linha. E 18% ainda não começaram a efetuar o pagamento, pois começaram a receber em menos de um ano. (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Dificuldades do Pagamento do Empréstimo.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

O Pronaf B acaba se inserindo dentro do contexto dessa comunidade como uma forma de auxílio na contribuição da subsistência das famílias ali inseridas, sem o devido acompanhamento que o programa se dispõe a fazer.

5 CONCLUSÃO

No Assentamento Abril Vermelho nota-se a falta de efetividade para a maioria dos camponeses que participam do Pronaf B, pois falta a instrução a esses atores no modo de manejar a terra, a escolher o melhor projeto a desenvolver na sua área e principalmente o destino do microcrédito que o programa disponibiliza. Muitos deles que conseguem ter um desempenho melhor no assentamento utilizam além do microcrédito outra renda para gerar uma produção que atenda a sua subsistência, uma vez que o baixo valor do programa não é suficiente para atender as suas necessidades.

Essa busca de alternativa para sobreviver na terra ocasiona na quitação do valor emprestado pelo Governo Federal, muitos dos que conseguem são camponeses com idade acima de 50 anos, o que revela o compromisso não apenas com o órgão financiador, mas com a honra de seus nomes, relevando assim o cuidado que eles possuem para que o programa de fato não traga problemas.

Nota-se que a assistência técnica ainda não foi um problema superado no Brasil, de acordo com a pesquisa no Assentamento Abril Vermelho, sendo que uns dos motivos que relevam esse cenário são os poucos entrevistados que afirmaram ter o acompanhamento técnico, sendo isso possível apenas para famílias se encontram em áreas localizadas próximas a estrada principal que dá acesso ao assentamento.

Portanto, o Pronaf B enquanto uma ação de empréstimo voltada para quem sobrevive da terra no assentamento Abril Vermelho não consegue por si só garantir a permanência desses camponeses nessa área. Apesar disso, os mesmos conseguem resistir no território por meio de alternativas que eles acabam buscando na terra, como a ajuda mútua entre as famílias.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rogério Henrique et al. **Territorialização do campesinato no sudeste do Pará**. 2006. 176 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

AQUINO, Joacir Rufino de; SCHNEIDER, Sergio. 12 anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**. Viçosa, MG, v.1. 1, n. 2, p. 309-347 jul./dez. 2011.

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010. p.64-89.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, p. 125-146, 2014.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

IANNI, Octavio. **A luta pela terra**. São Paulo: Centro Brasileiro de análise e planejamento (CEBRAP), 1978.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

MARTINS, Heloisa Helena T de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa**, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004.

PIRES, Felipe Vieira de Oliveira et al. **Relatório de Pesquisa: Diagnóstico Agrosocioambiental do Assentamento Abril Vermelho Santa Bárbara**. Programa de Pós Graduação em Agriculturas Amazônicas. Curso de Especialização em Agricultura e Desenvolvimento Agroambiental na Amazônia. Belém, 2015.

RAFESTIN, Claude; SANTANA, Octavio Martín González. **Por uma geografia do poder**. Rio de Janeiro: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma abordagem territorial: territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SARON, Flávio de Arruda; HESPANHOL, Antonio N. O Pronaf e as Políticas de Desenvolvimento Rural no Brasil: o desafio da (re) construção das políticas de apoio à agricultura familiar. **Geo UERJ**, v. 2, n. 23, p. 656-683, 2012.

SCHNEIDER, Sérgio. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF, 2004**.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações—o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 8, n. 7, p. 1 – 21, 2005.

SIMONETTI, Mirian Claudia L. **A longa caminhada:(re) construção do território camponês em Promissão**. 1999. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SOUZA, Driele Silva. **Assentamento Abril Vermelho 12 anos depois: dinâmicas Territoriais e Perspectivas atuais**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade da Amazônia, Belém, 2016.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: _____. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v. 353, p. 77-116, 1995.

Artigo Recebido em 18/09/2019 - Aprovado em 21/10/2019

ⁱ Mestrando em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido- PPGDSTU pela Universidade Federal do Pará- UFPA e graduado em Licenciatura em Geografia pela Universidade da Amazônia, Brasil (UNAMA). Email: Andersonborges51@yahoo.com.br

ⁱⁱ Especialista em Sociologia Rural (UFPA), Mestre em Educação (UNAMA) e Doutoranda em Administração(UNAMA); Docente da Universidade da Amazônia, Brasil. email: rose.tavares@unama.br